




**A EDUCAÇÃO DE ADULTOS NA DEMOCRACIA BRASILEIRA E PORTUGUESA:  
UM OLHAR SOBRE OS PROGRAMAS DE GOVERNO**


***L'ÉDUCATION DES ADULTES DANS LA DÉMOCRATIE BRÉSILIENNE ET  
PORTUGAISE: UN REGARD SUR LES PROGRAMMES GOUVERNEMENTAUX***

***ADULT EDUCATION IN BRAZILIAN AND PORTUGUESE DEMOCRACY: A LOOK  
AT GOVERNMENT PROGRAMS***

 Rúben Manuel Amores MARREIROS  
Universidade de Lisboa  
e-mail: rubenmarreiros@ie.ulisboa.pt

 Ana Claudia Dantas CAVALCANTI  
Universidade Federal da Grande Dourados  
e-mail: anacavalcanti@ufgd.edu.br

 Sara Castanheira de Carvalho Pereira SARAIVA  
Universidade de Lisboa  
e-mail: arienatsac@hotmail.com

 Carmen de Jesus Dores CAVCOCO  
Universidade de Lisboa  
e-mail: rubenmarreiros@ie.ulisboa.pt

| 1



**Como referenciar este artigo**

MARREIROS, R. M. A.; CAVALCANTI, A. C. D.; SARAIVA, S. C. C. P.; CAVCOCO, C. J. D. A educação de adultos na Democracia Brasileira e Portuguesa: Um olhar sobre os programas de governo. **Revista Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 11, n. esp. 1, e021010, 2021. e-ISSN: 2237-258X. DOI: <https://doi.org/10.30612/eduf.v11iesp.1.16494>

**Submetido em:** 06/06/2021

**Revisões requeridas em:** 05/08/2021

**Aprovado em:** 08/09/2021

**Publicado em:** 30/10/2021

**RESUMO:** A investigação tem como objetivo compreender o espaço que a educação de adultos ocupa na perspectiva da ação política, através da análise das propostas dos vários partidos políticos, expressas nos planos de governo das últimas eleições presidenciais, no Brasil (2018), e nos programas eleitorais das últimas eleições legislativas, em Portugal (2019). A questão orientadora da problematização é a seguinte: Qual o lugar que a educação de adultos assume nos planos de governo dos partidos políticos do Brasil e Portugal? Do ponto de vista metodológico optou-se pela abordagem qualitativa, com recurso à análise de conteúdo dos planos políticos eleitorais. A investigação permitiu identificar, tanto na arena político-partidária brasileira como na portuguesa, que as propostas de políticas públicas de educação de adultos, quando identificadas, assumem um conjunto diversificado de finalidades. Evidencia-se a tendência de um campo de educação de adultos fortemente associado a um conjunto de intenções políticas baseadas na perspectiva da Aprendizagem ao Longo da Vida, traduzida na instrumentalização da educação ao serviço do desenvolvimento económico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação de adultos. Partidos políticos. Políticas públicas. Democracia.

**RESUMÉ:** La recherche vise à comprendre l'espace pris par l'éducation des adultes dans la perspective de l'action politique, à travers l'analyse des propositions présentées par les différents partis politiques, exprimées dans les plans gouvernementaux présentés lors des dernières élections présidentielles, au Brésil (2018), et dans le programmes électoraux des dernières élections législatives, au Portugal (2019). La question posée est la suivante: quelle est la place de l'éducation des adultes dans les projets gouvernementaux des partis politiques au Brésil et au Portugal? Au niveau méthodologique nous avons choisi une approche qualitative, en utilisant l'analyse du contenu des plans gouvernementaux électoraux. La recherche a permis d'identifier dans l'arène des partis politiques brésiliens et portugaises, que les propositions en matière d'éducation des adultes assument un ensemble des buts divers. La tendance plus évidente est l'orientation du domaine de l'éducation des adultes pour la qualification de ressources humaines, donc leur instrumentalisation au service du développement économique.

**MOTS-CLÉS:** Éducation des adultes. Partis politiques. Politique publique. Démocratie.

**ABSTRACT:** The research aims to understand the space that adult education holds, from the perspective of political action, through the analysis of the proposals (from the) political parties, expressed in the Governmental plans of the latest presidential news, in Brazil (2018), and in the electoral programs of the last legislative elections, in Portugal (2019). The guiding question of the discussion is the following: What place does adult education holds in the government plans of the political parties in Brazil and Portugal? Having into consideration the methodological point of view, it was chosen a qualitative approach, relying on the content analysis of the electoral political plans. The investigation allowed to identify, in the Brazilian political arena and in the Portuguese one, that the public policy proposals for adult education, when identified, assume a diverse set of purposes. It is notable the trend towards an adult education field strongly associated with a set of intentions based on the Lifelong Learning perspective, translated into the instrumentalization of education in the service of economic development.

**KEYWORDS:** Adult Education. Political parties. Public policy. Democracy.

## Introdução

A presente investigação tem como objetivo compreender o espaço que a educação de adultos ocupa na perspectiva da ação política, através da análise das propostas apresentadas pelos vários partidos políticos, expressas nos planos de governo apresentados nas últimas eleições presidenciais, no Brasil em 2018, e nos programas eleitorais das últimas eleições legislativas, em Portugal em 2019. Ao longo do texto, adota-se a terminologia de **programa de governo** para designar tanto os planos de governo brasileiros, como os programas eleitorais portugueses, dado que são documentos que abordam o mesmo conteúdo, ou seja, um conjunto de intenções políticas. Parte-se do princípio que os partidos políticos “desempenham um papel essencial no funcionamento das democracias, e também na sua qualidade” (JALALI, 2017, p. 104). Diante de tal objetivação, questiona-se: Qual a centralidade que os partidos políticos, no Brasil e em Portugal, através dos seus programas de governo, atribuem à educação de adultos.

A metodologia é a peça-chave do processo de investigação, e é arquitetada “«à medida» da especificidade da situação em estudo e do quadro teórico de referência” (CAVACO, 2009). A problematização apresentada no texto decorreu de uma pesquisa qualitativa, baseada na recolha documental e na análise de conteúdo. A pesquisa documental como técnica privilegiada de recolha de dados que, de acordo com Afonso (2005, p. 88), consiste na utilização da informação existente em documentos anteriormente elaborados, com o “objetivo de obter dados relevantes para responder às questões de investigação. Assim, a pesquisa documental pode ser entendida como um conjunto de operações que, através dos processos de escolha, recolha e respetiva análise, se propõe a estudar e analisar diferentes documentos na tentativa de identificar informações factuais que sirvam o propósito da investigação (LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

A presente investigação enquadra-se numa abordagem naturalista, de características interpretativas, com foco nos programas de governo apresentados nas últimas eleições legislativas e presidenciais, em Portugal, em 2019, e no Brasil, em 2018. Do ponto de vista dos procedimentos metodológicos, optou-se pela recolha e análise da informação contida nos programas de governo portugueses e brasileiros, visando as intenções e os projetos de políticas públicas no âmbito da educação de adultos. Tendo em conta as práticas educativas destacadas por Canário (2008), como constituintes deste domínio, a análise incidiu nos elementos referentes ao ensino recorrente, à alfabetização, à formação profissional, à animação sociocultural e ao desenvolvimento local. Neste campo, considera-se a educação como um processo “*continuum*” que “ocorre em todo o âmbito da vida” (ALHEIT, 2013, p. 139).

O campo da educação de adultos compreende um conjunto de práticas educativas de

carácter diversificado e complexo que, em articulação e interação, se fazem representar nas instituições, nos atores e nas finalidades educativas. Assim, o campo da educação de adultos integra a alfabetização e a educação de base, a formação profissional, os processos de reconhecimento e validação de adquiridos experienciais, a animação sociocultural e o desenvolvimento local. Trata-se de um conjunto de práticas educativas que são, simultaneamente, influenciadas e influenciadoras de fenômenos sociais, políticos, culturais e econômicos (ALVES *et al.*, 2016). De acordo com Alves *et al.* (2016), as práticas de educação de adultos compreendem “um continuum das modalidades de educação formal, educação não formal e educação informal, dinâmicas que podem ser organizadas numa lógica de autogestão das comunidades e das pessoas ou, numa lógica oposta, de oferta e consumo de serviços” (ALVES *et al.*, 2016, p. 151). No texto, optou-se pelo uso da designação educação de adultos, mas neste contexto, no âmbito das políticas públicas, o termo usado no Brasil é Educação de Jovens e Adultos (EJA) e em Portugal, Educação e Formação de Adultos (EFA).

O texto é organizado em quatro seções. A primeira seção incide as orientações políticas internacionais e nacionais no campo da educação de adultos; a segunda seção foca-se nas lógicas e nos modelos que marcam o campo da educação de adultos e que adotamos neste texto como um contributo para a análise das orientações políticas; a terceira seção caracteriza os programas políticos de governo, no Brasil e em Portugal; a quarta seção, apresenta uma discussão e as considerações finais.

4

### **Educação de Jovens e Adultos (EJA): olhares globais e ações nacionais**

Vive-se hoje num contexto de globalização neoliberal que se concretiza na disseminação de políticas e práticas baseadas nas lógicas de mercado, adotadas transversalmente em todos os setores. Na educação e formação de adultos, setor envolto num contexto de transições múltiplas e amplamente mobilizado para uma sociedade do conhecimento que a economia impõe, assiste-se, na maioria dos países da Europa e da América Latina, à emergência de políticas educativas públicas subordinadas a uma lógica económico-produtiva, sob um modelo de administração gerencial, o que é notório nos documentos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), da União Europeia (UE) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (CANÁRIO, 2008; CAVACO, 2009; CAVALCANTI, 2019; LIMA, 2005).

A inclusão da educação de adultos, nesta lógica global económico-produtiva, manifestou-se, visivelmente, pela transição do movimento da Educação Permanente para a

perspectiva da Aprendizagem ao Longo da Vida, notória nos discursos de organizações internacionais, como a OCDE e a UNESCO, e das próprias orientações políticas europeias e internacionais, no quadro de um “conjunto de transformações de natureza social que afetaram a economia, o trabalho e a formação no último quartel do século XX” (CANÁRIO, 2013, p. 17). A V Conferência da UNESCO, realizada em Hamburgo em 1997, marca o momento de ruptura com os ideais da Educação Permanente, identificando novas orientações para a educação de adultos, alicerçada na perspectiva da Aprendizagem ao Longo da Vida. A educação de adultos, estrategicamente instrumentalizada para promover o crescimento econômico através da qualificação de recursos humanos, passa a ser entendida como um dever (ALVES *et al.*, 2016), atribuindo às pessoas, mais do que às instituições do Estado, a responsabilidade de contribuir para os objetivos da comunidade, pela procura da educação. A educação de adultos é, assim, remetida para uma lógica redutora e instrumentalizada, focada na empregabilidade e subordinada às exigências do mercado de trabalho, oferecendo resposta “às necessidades da produção empresarial e à gestão do (des) emprego” (CANÁRIO, 2013, p. 13).

De acordo com Gadotti (2016), as referências à cidadania foram sendo remetidas para segundo plano em detrimento das exigências do mercado:

Com amparo na teoria do capital humano, a aprendizagem passa a ser uma responsabilidade individual e a educação, um serviço, e não um direito. Esse “ethos” mercantil deslocou a educação para a formação e para aprendizagem. A visão humanista, inicial, foi substituída, nas políticas sociais e educativas, por uma visão instrumental, mercantilista (GADOTTI, 2016, p. 3).

De acordo com Cavaco (2009, p. 156), o discurso de responsabilização individual, plasmado na V Conferência da UNESCO, fez emergir um novo papel para o Estado que se orienta para a “definição de políticas, para o acompanhamento, supervisão e avaliação das práticas”, em concertação com a sociedade civil, com o setor privado e com os parceiros sociais, partilhando a responsabilidade na definição e desenvolvimento dessas políticas, bem como o financiamento das práticas de educação de adultos. Segundo Lima (2010), podemos, então, interpretar esta nova ordem educacional como: “uma combinação de formas de controle centralizado e sistêmico com formas de controle descentralizado e individual, de que resulta uma paisagem de feição tendencialmente policêntrica e protagonismos variados do Estado, do mercado e da comunidade” (LIMA, 2010, p. 46).

Esta nova perspectiva política assumiu-se uma tendência global, que se reflete no planeamento das políticas educativas nacionais do Brasil e de Portugal. Em Portugal, o setor da educação de adultos foi marcado, desde a revolução de 1974, por políticas educativas



descontínuas, caracterizadas “pela intermitência, fragmentação e forte dependência dos ciclos políticos” (ALVES *et al.*, 2016, p. 161). Com a entrada de Portugal na Comunidade Econômica Europeia (CEE), em 1986, as políticas e práticas de educação de adultos foram sendo reconfiguradas para responder à lógica que subjaz à perspectiva de Aprendizagem ao Longo da Vida:

Chega-se, pois, a meados da década de noventa com um cenário nacional em que o tripé de sustentação das políticas públicas de educação de adultos consistia: primeiro, no claro abandono financeiro das modalidades de tipo não escolar e matriz não vocacionalista ou profissionalizante; segundo, na forte indução, pelos organismos públicos e os financiamentos europeus, de novas intervenções sociais que raramente tiveram, como principal objetivo, ações de educação de adultos amplamente entendida; e terceiro, pela progressiva deslegitimação e pulverização do setor em termos de seu próprio enquadramento institucional (MACHADO; BARROS, 2020, p. 100).

É neste contexto de desinvestimento numa visão global e articulada da Educação de Adultos, unificadora da diversidade de modalidades existentes (a educação básica, a educação popular, a educação comunitária ou o desenvolvimento local), que se vão moldando políticas públicas, maioritariamente, assentes numa lógica “técnico-instrumental de gestão de recursos humanos” (ALVES *et al.*, 2016, p. 160), e fortemente estimuladas por uma agenda globalmente organizada por estruturas supranacionais.

Importa sublinhar que, em convergência com a perspectiva da Aprendizagem ao Longo da Vida, surgiram, nos últimos anos, em Portugal, um conjunto de práticas que, embora se destinassem, sobretudo, a mitigar as fragilidades de qualificação da população ativa, denotaram um forte investimento político no domínio da educação de adultos, alargando a rede nacional que afeta ao setor, e expandindo a diversificação da oferta (BARROS, 2013; CAVACO, 2009; LIMA, 2005) – destacam-se o Ensino Recorrente de Adultos (ERA), a Educação Extraescolar (EEE), os Cursos de Educação e Formação de Adultos (Cursos EFA), as Ações S@ber +, e a oferta de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) através da implementação da *Iniciativa Novas Oportunidades*.

A ausência de materialização das ideias em políticas públicas na América Latina, e consequentemente no Brasil, marca a descontinuidade das políticas governamentais, com foco em enfoques setoriais e acrescida de lógicas compensatórias, com conceção de alfabetização em termos curtos, e apresentando estruturas de governança frágeis. No caso do Brasil, Pierro (2018), aponta a ausência de formação aos professores da EJA e a ausência de democratização das tecnologias da informação e comunicação. Com este cenário, analisa a autora, que a oferta da educação na modalidade EJA não impacta positivamente, devido ao pouco prestígio nas

prioridades de governo na América Latina.

No Brasil, de acordo com Sérgio e Morgado (2014, p. 135), a EJA não tem sido um domínio de investimento no âmbito das políticas públicas, porquanto: “Ao longo da história da educação brasileira, a EJA sempre foi marcada por tempos e espaços limitados e pela ausência de políticas públicas específicas, em detrimento de outras modalidades de ensino, sendo por isso frequentemente relegada para um plano secundário.

Torna-se impossível dissociar as políticas públicas educacionais no Brasil sem refleti-las no contexto da proposta global que se desenvolve no mundo, porque o Brasil é signatário de tais propostas e iniciou essa averbação quando mudou o modelo de estado em 1995 com Bresser Pereira. Assim, a política de ensino, cuja filosofia gerencial incorporada se traduz nas suas características de uma educação voltada à formação de grande mão-de-obra qualificada ao mercado e com isso, todo o processo que a compõe para justificar os seus propósitos. Neste quadro, existe uma intencionalidade mascarada de legitimidade participativa, atendendo a que legislação em que assenta um modelo de Estado participativo no Brasil, estabelecida a partir da Constituição de 1988, permanece em vigor nos marcos regulatórios do Estado gerencial. Por essa dissimulação, encontramos um estado que legitima as suas ações institucionais com fachada participativa, cujo manto se estende às deliberações em espaços públicos, envolvendo a sociedade e os seus movimentos para tal finalidade (CAVALCANTI, 2019).

As políticas públicas de educação de adultos, no Brasil e em Portugal, são descontínuas e fragmentadas, além disso, adotam uma perspectiva instrumentalizada e redutora da educação ao serviço do desenvolvimento econômico, relegando a sua importância em termos de desenvolvimento humano e de cidadania.

### **Lógicas e modelos de educação de adultos: uma concepção global**

Os discursos e as medidas políticas públicas das últimas décadas permitem identificar globalmente a influência de diferentes lógicas no campo da educação de adultos. Lima e Guimarães (2018) apresentam uma tipologia constituída por três lógicas, que permite analisar as políticas públicas de educação de adultos, sendo elas: a “lógica democrática-emancipatória”; a “lógica da modernização e de controlo estatal”; e a “lógica da gestão de recursos humanos”. As tipologias apresentadas pelos autores supracitados convergem com as ideias de Fernández (2005) que indica um conjunto de modelos na educação de adultos, sendo eles: o “modelo dialógico social” que se assemelha à “lógica democrática-emancipatória”; o “modelo alfabetizador” que se aproxima da “lógica da modernização e de controlo estatal”; e o “modelo

económico produtivo” que se relaciona com a “lógica da gestão de recursos humanos”.

A lógica democrática-emancipatória e o modelo dialógico social orientam-se por uma perspectiva que incide sobre os pressupostos da tradição cultural, cultura popular e educação popular, “enquanto conjunto de atividades culturais para o desenvolvimento da cultura, contribuindo para a superação das negatividades de todas e quais culturas, e para afirmação e impulso de suas positivities” (SOUZA, 2007, p. 37).

A lógica de modernização e de controle estatal caracteriza-se pela centralidade do Estado “na definição e provisão educativa, sendo essencial a sua intervenção na garantia da educação para todos, livre e gratuita” (LIMA; GUIMARÃES, 2018, p. 607), focando-se na modernização social e econômica, sendo a escola pública e de massas o seu epicentro. Com o propósito de compensar e consertar o “déficit” de competências dos adultos, assiste-se, essencialmente, ao recurso a metodologias baseadas na forma escolar e na, conseqüente, escolarização dos processos educativos. Deste modo, registra-se a subordinação das práticas de educação de adultos a um conjunto de “orientações escolarizantes, sob controlo centralizado da política e da administração da educação” (LIMA, 2005, p. 33).

A lógica de gestão de recursos humanos ganha relevo “a partir de meados dos anos 90, quando surgem as preocupações com as questões do emprego, da competitividade, do desenvolvimento econômico, coincidindo com uma progressiva instrumentalização do domínio da educação de adultos em função das políticas ativas de emprego” (CAVACO, 2009, p. 175). Portanto, é num contexto de globalização e de forte competitividade, que “os saberes valorizados e reconhecidos são, sobretudo, os resultantes de processos formalizados e certificados” (CAVACO, 2009, p. 176). Desta forma, ignora-se a relevância atribuída à educação problematizadora, emancipadora e crítica, passando-se a sobrevalorizar a formação profissional, ou seja, aquelas aprendizagens apenas com validade econômica, num cenário em que aprender para assegurar vantagem competitiva ganha particular destaque.

Parece-nos importante reconhecer a complexidade inerente à análise das orientações políticas, porquanto estas são caracterizadas pela diversidade, mutação, e caráter híbrido. A análise dos programas de governo dos partidos políticos, nas últimas eleições presidenciais e legislativas, no Brasil e em Portugal, foi realizada a partir das lógicas anteriormente identificadas.



## Educação e Formação de Adultos: os programas de governo no Brasil e em Portugal

A análise dos programas de governo, em Portugal, e dos programas de governo, no Brasil, permite desde logo constatar que as visões e intenções políticas preconizadas pelos vários partidos, em matéria de educação, incidem maioritariamente sobre a educação e o ensino formalizado, destinado a crianças e jovens. No que respeita às práticas educativas destinadas a adultos, quando apresentadas, tendem a assumir uma importância secundária nos documentos estratégicos de cada partido. Considera-se, assim, fundamental apresentar, em linhas gerais, cada um dos partidos e o seu entendimento em matéria de educação, na tentativa de identificar o alcance e a importância que a educação, e em particular a educação de adultos, assume nesses documentos.

No caso português, estudaram-se os programas de governo dos nove partidos políticos com assento parlamentar, eleitos nas últimas eleições legislativas, em 2019, são eles: Partido Socialista (PS), Partido Social Democrata (PSD), Bloco de Esquerda (BE), Partido Comunista Português (PCP), Centro Democrático Social - Partido Popular (CDS-PP), Pessoas-Animais-Natureza (PAN), Chega, Iniciativa Liberal, Livre.

No caso brasileiro, estudaram-se os programas de governo dos nove candidatos/partidos políticos mais votados nas últimas eleições presidenciais, em 2018, são eles: Candidato sem Partido, Partido dos Trabalhadores (PT), Partidos Democrático Trabalhista (PDT), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido Novo, Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Rede Sustentabilidade (REDE), Coligação Mudança de Verdade, Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). | 9

### A Educação de Adultos no espaço político-partidário português

O programa eleitoral do Partido Socialista (PS) sublinha a importância de se “fazer da aprendizagem ao longo da vida um desígnio estratégico para a próxima década”, através do alargamento do acesso à formação. A aprendizagem ao longo da vida é entendida numa articulação entre a qualificação e a requalificação, numa “estreita ligação com as necessidades e evolução do mercado de trabalho”, traves mestras para um “modelo de desenvolvimento capaz de combinar de modo sustentável competitividade económica e coesão social”, tal como salienta o partido. O programa eleitoral realça ainda o interesse em “combater a fragmentação dos instrumentos de financiamento e gestão da formação profissional através de fundos nacionais e internacionais diferentes”. Acresce assim, a intenção de “reforçar as modalidades e percursos formativos com maior proximidade ao mercado de trabalho”, enquanto passo

“decisivo para uma estratégia bem-sucedida de promoção da formação e da aprendizagem ao longo da vida”, numa interligação entre “empresas, associações empresariais, Comunidades Intermunicipais e Municípios”, sem descurar as “novas áreas estratégicas, como as competências transversais ou as competências digitais em todos os níveis de formação, alargando a base de qualificações nestes domínios”.

O programa eleitoral do Partido Social Democrata (PSD) salienta, que as políticas educativas terão de considerar como prioridade um conjunto de quatro finalidades muito amplas, que lançam o debate em torno de uma nova Lei de Bases da Educação, sendo elas: (1) ‘formar pessoas, através da dimensão emancipatória da liberdade e da autonomia, da civilidade e da disciplina, dos valores e atitudes característicos das sociedades abertas à diversidade social e cultural, como sejam o respeito, a tolerância e a solidariedade perante a diferença; (2) formar indivíduos que dominando o conhecimento, conseguem mobilizá-lo através das diferentes maneiras de pensar, da capacidade de questionamento do adquirido e do desenvolvimento de uma cultura crítica suscetível de potenciar a inovação, a criação cultural e o desenvolvimento pleno da pessoa humana; (3) formar pessoas para “uma cidadania fundada sobre a ética da responsabilidade e construída sobre a consciência e o conhecimento dos seus direitos e deveres para com os outros cidadãos e destes para com a sociedade. Formar para uma cidadania ativa e participativa nos diferentes contextos da ação coletiva: do local ao nacional, do europeu ao universal; (4) para além de formar pessoas e cidadãos pretende-se formar profissionais capacitados para integrar a vida adulta, aproveitar ou criar a suas próprias oportunidades, contribuir para a criação de riqueza através das suas qualificações. A natureza da quarta finalidade, que procura ‘formar profissionais’, ganha particular destaque assumindo-se o emprego e a qualidade do capital humano como fundamentais para a competitividade da economia Portuguesa, sendo por isso que ‘a educação e a formação profissional têm de estar centradas nas necessidades das empresas’.

| 10

O programa eleitoral do Bloco de Esquerda (BE) aposta numa visão que se expressa através da ideia de que ‘a ideologia neoliberal contaminou a Educação com a linguagem e o pensamento da gestão e da economia (o verdadeiro ‘eduquês’) e acarretou a secundarização das Ciências Sociais e da Educação e o retrocesso a uma educação’, de natureza tecnocrática, positivista e meritocrática, fortemente reprodutora das desigualdades sociais. Ao pretender recuperar os valores de investimento público anteriores à intervenção da troika, o programa propõe: aumento do investimento público para o patamar mínimo de dez mil milhões de euros por ano, nomeadamente para a saúde e educação, com o propósito de encontrar uma resposta à persistência do analfabetismo em Portugal.

O programa eleitoral do CHEGA defende a quase exclusividade da família no que toca à responsabilidade da educação das gerações seguintes. Este partido político preconiza uma educação regida exclusivamente pelo mercado, com a privatização do sistema educativo, a “extinção do Ministério da Educação” e da escola pública. O programa eleitoral revela uma perspectiva redutora e subordinada da educação, ao serviço do endoutrinamento dos “princípios e valores” do partido.

O programa eleitoral do Partido Comunista Português (PCP) apresenta ‘a educação como um vetor estratégico para o desenvolvimento do país, a nível económico e social’, acrescentando que ‘é um direito fundamental e uma condição determinante para a emancipação individual e coletiva da juventude, da população em geral e dos trabalhadores em particular’. O partido político apresenta assim como intenção ‘o reforço da interligação educação/cultura; a aprovação de um modelo de financiamento adequado do ensino profissional e de um plano de educação e formação de adultos, e de um programa de formação ao longo da vida’.

O programa eleitoral do Pessoas-Animais-Natureza (PAN) apresenta um programa eleitoral que ‘não se esgota na emergência climática e que prioriza a dignidade da pessoa humana e as respostas que se exigem à sua realização e autodeterminação’. Trata-se de um programa ‘que faz uma aposta firme no empoderamento das pessoas através da educação e da cultura enquanto ferramentas centrais na construção de uma sociedade mais empática e consciente’.

| 11

O programa eleitoral do LIVRE defende que a educação é, simultaneamente, o espelho de uma sociedade e o modelador das gerações seguintes. Acrescenta que Portugal possui uma sociedade muito desigual e a educação tem sido incapaz de combater a desigualdade. Por isso, ‘é necessário desbloquear os caminhos que conduzirão a educação a ser, de fato, o elevador social que originará uma sociedade mais igual’.

O programa eleitoral do Centro Democrático Social - Partido Popular (CDS-PP) aposta numa visão que visa reformar a educação com o intuito de melhor preparar os indivíduos ‘para os riscos e para as oportunidades do mundo global’. Para o efeito, propõe uma ‘revolução na formação profissional’, de modo a ‘orientar a formação profissional para as competências profissionais e para o emprego, e não para as qualificações académicas’.

O programa eleitoral do Iniciativa Liberal preconiza a privatização do sistema educativo, com a consequente diminuição de competências do Estado no âmbito da definição, organização e regulação das políticas educativas. No âmbito da educação, este programa, centra-se, quase exclusivamente, no ensino superior, mais concretamente na sua privatização.

## A educação de adultos no espaço político-partidário brasileiro

Jair Messias Bolsonaro<sup>1</sup>, atualmente sem partido político, assume na sua proposta de governo uma visão que implica, acima de tudo, por ‘mudar o método de gestão, na educação’ e isso inclui a alfabetização, expurgando a ideologia de Paulo Freire.

Na proposta de governo, o Partido dos Trabalhadores (PT) defende ‘a centralidade das ações de redução do analfabetismo’, numa perspectiva de educação ‘inclusiva em todas as etapas e modalidades de ensino’, assente numa política de desenvolvimento regional e territorial.

O Partido Democrático Trabalhista (PDT), na proposta de governo, expressa a intenção de ‘ampliação da rede de escolas para alfabetização e ensino de jovens e adultos’.

O Partido Novo manifesta a sua visão através de uma proposta que visa a aproximação ‘do ensino profissionalizante das demandas reais do mercado de trabalho’.

O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) prioriza sobre uma visão que defende que ‘não há como enfrentar as tecnologias do século XXI’, sem mudar a ‘forma de pensar sobre a educação, o trabalho, a previdência social e a regulação dos negócios’.

Na proposta de governo a Rede Sustentabilidade (REDE) apresenta a ‘educação como direito e base para o desenvolvimento’, que procura incrementar ‘a expansão da educação integral, respeitando os tempos e as especificidades de cada localidade’, cujo ensino superior e o erradicar o analfabetismo, ocupam um lugar relevante. | 12

A Coligação Mudança de Verdade não apresenta qualquer tipo de proposta no âmbito da educação de adultos na sua proposta de governo.

O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) afirma a sua visão através de um programa de governo ‘comprometido com o enfrentamento dos privilégios econômicos, sociais, políticos, históricos da classe dominante no país’. Defende que, do ponto de vista histórico, ‘a educação capaz de socializar a ciência, a tecnologia, a arte e a cultura a todo o povo – crianças, jovens, adultos e idosos, foi um privilégio de classe’. O ensino superior e o trabalho conjunto entre estados e municípios e com apoio da sociedade civil, de forma a erradicar o analfabetismo, são referidos enquanto aposta prioritária.

<sup>1</sup> Não apresenta filiação partidária.

## **As intenções político-partidárias nos países**

As intenções político-partidárias do Brasil e Portugal no âmbito da alfabetização deve considerar que o analfabetismo consiste num problema social e educativo que aflige, na atualidade, 6,6% e 5% da população no Brasil e em Portugal, respetivamente. Nos documentos analisados, a referência à alfabetização de adultos e à erradicação do analfabetismo, apresentam-se na autoria dos partidos brasileiros PT, PDT, REDE e PSOL, e do BE, no caso português.

O PDT procura, com apoios do Governo Federal, ampliar a rede de escolas para alfabetização e ensino de jovens e adultos. Intenção que vai ao encontro da proposta enunciada pelo partido REDE, ao procurar enfrentar “o problema do analfabetismo de cerca de 11,8 milhões de brasileiros acima de 15 anos”. Enquanto que o PT pretende “a centralidade das ações de redução do analfabetismo, ampliando vagas, a partir do ProJovem e do MOVA-Brasil como referências”, sobretudo “nas regiões mais vulneráveis” e numa “perspectiva inclusiva”, tal como o partido político indica. De forma a ultrapassar a tendência histórica de milhões de brasileiros e brasileiras excluídos da oferta educativas, a EJA, afigura-se para o PSOL, enquanto parte indissociável do direito a ter educação ao longo da vida. Este partido destaca-se dos demais partidos políticos ao propor de forma mais consolidada ‘um trabalho conjunto com estados e municípios e com apoio da sociedade civil’, de modo a “erradicar o analfabetismo e diminuir drasticamente o analfabetismo funcional, em todas as faixas etárias’ dos cidadãos brasileiros, através de ampliação do número de vagas e de políticas assistencialistas, tendo como referência a iniciativa MOVA-Brasil, sobretudo nas regiões mais vulneráveis. Ainda sobre as intenções políticas no âmbito da alfabetização de adultos, destaca-se a ideia de “expurgar a ideologia de Paulo Freire”, no âmbito das iniciativas de alfabetização no Brasil, tal como Bolsonaro faz salientar em propostas e projetos ligados ao seu antigo partido político: Partido Social Liberal - PSL<sup>2</sup>.

No espaço político-partidário português a problemática do analfabetismo é expressa por apenas um partido político, o BE, que assume o problema do analfabetismo como preocupante no país. Este partido político menciona a existência de 500 mil pessoas analfabetas no país, sobretudo nos meios rurais e entre as mulheres. Assim, e de forma a considerar formas de erradicar o analfabetismo e de acordo com o “quadro da Educação Permanente”, este partido político visa levar a cabo ‘uma estratégia descentralizada de erradicação do analfabetismo, com especial foco na população mais distante da rede escolar pública’, partindo do princípio de que

<sup>2</sup> Um exemplo é o Projeto ‘Escola Sem Partido’.

‘não pode haver educação inclusiva que não responda à persistência do analfabetismo em Portugal’. A operacionalidade desta intenção educativa é materializada na promoção da ‘escola pública, de cursos pós-laborais dirigidos aos adultos que pretendam melhorar a sua escolaridade’, tal como o partido político expressa.

As intenções político partidárias no âmbito do desenvolvimento local e a animação sociocultural consistem num conjunto de práticas educativas pouco evidenciadas e valorizados nos documentos analisados. As intenções políticas, neste âmbito educativo, provêm de partidos políticos, no Brasil, com as propostas apresentadas pelo PT e pela REDE. Já em Portugal, são apresentadas propostas dos partidos políticos PCP, Livre e PAN. O PT expressa no seu documento político-partidário a intenção de promover uma ‘política de desenvolvimento regional e territorial’, resultante da ‘necessidade de uma nova agenda brasileira de ensino e pesquisa articulados às redes de conhecimento locais e regionais, avançando na criação e disseminação de conhecimentos, indicadores e modelos de políticas públicas próprios e capazes de orientar o desenvolvimento territorial’, de acordo com uma abordagem de natureza integrada, inclusiva e sustentável, voltada para o futuro. Com o propósito de incentivar ‘a expansão da educação integral’ a REDE propõe respeitar os tempos e as especificidades de cada localidade, articulando diferentes políticas setoriais e parcerias com a sociedade civil organizada’. No contexto português, o PCP propõe um desenvolvimento regional, sustentado e assente na coesão territorial, exigindo a promoção de políticas de defesa e valorização do mundo rural e das regiões do interior e insulares, o cumprimento de obrigações de serviço público (serviços de saúde e educação, serviços financeiros, transportes, comunicações, telecomunicações, energia e outros) e a correção do desenvolvimento desigual. No programa eleitoral do Livre encontra-se a intenção de contribuir para ‘o investimento na educação e formação de adultos, generalizando a percepção de que a aprendizagem se realiza ao longo da vida’, por via da aprendizagem não formal e informal em todas as idades, incluindo as Universidades Sénior, tanto em meio urbano como rural. Uma sociedade pelo desenvolvimento sustentável revê-se numa lógica de educação permanente. O PAN assume a sua opção através do desenvolvimento de ‘ofertas formativas que possam contribuir para a fixação da população em territórios do interior’, para a redução de assimetrias regionais.

As intenções políticas no âmbito da formação profissional são amplamente mencionadas pelos partidos políticos portugueses, enquanto no contexto brasileiro são dois os partidos políticos que indicam a sua relevância. No contexto brasileiro, as propostas são pouco expressivas e generalistas. O Partido Novo defende uma ‘gestão profissional’, que deve acompanhar os vários contextos educativos, de acordo com a lógica ‘do mercado de trabalho’.



Da mesma forma que o MDB, aposta na intenção política que entende a formação profissional e técnica como mecanismo para ‘enfrentar as tecnologias do século XXI, sem mudar nossa forma de pensar sobre a educação, o trabalho, a previdência social e a regulação dos negócios’. Para o efeito, propõe ‘facilitar a inserção dos jovens no mercado de trabalho, expandindo a oferta de vagas no ensino técnico e incentivando o primeiro emprego’.

No contexto português, a formação profissional assume no programa eleitoral um lugar de destaque, sendo referenciada pelos seguintes partidos: PS, PSD, CDS-PP e PCP. Para o PS, ‘a aprendizagem ao longo da vida e das qualificações dos jovens e dos adultos apresenta-se enquanto desígnio nacional’, propondo ‘criar boas condições para robustecer e modernizar as políticas públicas de formação profissional’, e assim dar resposta ‘às profundas transformações em curso na economia, na tecnologia, nos mercados e no mercado de trabalho’. Para o efeito, o partido político defende ‘integrar a formação contínua dos trabalhadores nas empresas, nas suas diversas modalidades, na política pública de formação profissional’; ‘apostar no ‘e-learning’ e ‘b-learning’ no quadro da política pública de formação profissional’; bem como “lançar, com recurso a fundos europeus, um programa de investimento integrado na requalificação das instalações e da infraestrutura tecnológica dos centros de formação’. A formação profissional como resposta às necessidades da economia é igualmente apresentada como prática educativa em destaque no programa eleitoral do CDS-PP. Destaca-se a necessidade da revisão urgente dos cursos e referenciais de formação, que o partido político considera estarem ‘a privar as pessoas de uma formação que as prepare para os desafios do mundo global’, formação que pretende ‘privilegiar os centros de formação em parceria com o setor privado’, uma vez que ‘as pessoas não podem ficar dependentes da formação que o Estado pré-formatou’. Neste sentido, o partido propõe o reforço do cheque-formação, considerado como um ‘instrumento essencial de ligação da formação ao mundo empresarial, reforçando a liberdade dos formandos, em conjunto com a empresa, para a definição do percurso formativo’. O CDS-PP, expressa igualmente a intenção inovadora de criar em Portugal ‘mecanismos de concorrência para melhorar a oferta’ de formação profissional, ‘avaliada em rankings de empregabilidade e financiada em conformidade com esses *rankings*’.

No âmbito das propostas na formação profissional, o PSD apresenta no seu programa eleitoral a intenção política de ‘formar profissionais capacitados para integrar a vida adulta, aproveitar ou criar a suas próprias oportunidades, contribuir para a criação de riqueza através das suas qualificações’. Para tal, aposta na recuperação do programa ‘Jovens Técnicos para a Indústria’, isto, “com o apoio dos Centros Tecnológicos Setoriais, programas de incentivo à integração dos nossos jovens licenciados, nas áreas científicas, tecnológicas e de gestão, nas

empresas portuguesas, com a finalidade econômica de preencher, ‘adequadamente a fileira de conhecimento das empresas portuguesas mais dinâmicas’.

O PCP, em matéria de formação de profissional, expressa no seu programa eleitoral a proposta de uma ‘política de emprego com direitos para todos, incluindo programas de emprego e de formação ajustados às condições e qualificações dos desempregados’. Trata-se de uma intenção política, que aponta para uma visão mais inclusiva, ao visar ‘o desenvolvimento de programas de emprego e de formação dirigidos a pessoas com necessidades específicas, de modo a inserir, no trabalho, pessoas com deficiência e outros grupos com dificuldades de inserção’. O partido propõe ainda a “efetivação do direito à formação contínua, instrumento essencial de actualização profissional e reforço das qualificações e competências”, tal como ‘melhorar a formação e qualificação profissional para aumentar imediatamente a capacidade de resposta dos serviços’.

As intenções político-partidárias no âmbito do processo de reconhecimento e validação de competências permite o aumento da qualificação escolar e/ou profissional, através da identificação e valorização dos saberes e competências desenvolvidos através da experiência de vida. A referência à implementação do reconhecimento e validação de competências de adultos é objeto de propostas apenas em Portugal, sendo sugerida por dois partidos políticos. Em Portugal, o reconhecimento e validação de competências foi implementado em 2000 por um Governo PS, iniciativa retomada no programa eleitoral, em 2019. O programa eleitoral menciona a importância do reconhecimento e validação de competências na qualificação de adultos, pois, ‘além de promover o investimento na aproximação de centenas de milhares de pessoas à qualificação’ permite ainda ‘a adequação dos percursos formativos aos perfis e necessidades individuais’. No âmbito do Programa Qualifica, o partido político procura ‘alargar os pontos de contacto da rede’ de Centros Qualifica, com base num ‘programa de diferenciação positiva dos territórios de baixa densidade’, na tentativa de reforçar a coordenação e concertação local entre municípios, empresas e agentes locais.

A importância atribuída ao reconhecimento e validação de competências de adultos é também expressa no programa eleitoral do PAN. O partido político apresenta como intenção política a aposta ‘na requalificação ou reorientação profissional de adultos, estimulando programas que incentivem a aprendizagem ao longo da vida, nomeadamente o balanço de competências’, a par de ‘um forte investimento na formação modular e de continuidade que permita a prossecução de estudos ou o reconhecimento de um grau de especialista’.

## Considerações finais

A pesquisa teve como propósito compreender as lógicas políticas vigentes nas orientações políticas de educação de adultos, através da análise de conteúdo dos programas de governo, apresentados nas últimas eleições legislativas em Portugal em 2019 e nas últimas eleições Presidenciais do Brasil em 2018. Neste sentido, é de salientar que a análise dos documentos partidários apresenta grandes diferenças entre si, quer entre países, quer em termos nacionais. Uma das principais diferenças relaciona-se com a dimensão e conteúdo desses mesmos documentos, pois se no Brasil os documentos apresentam uma natureza muito sintética, em Portugal, revelam uma maior especificação e desenvolvimento.

A referência ao campo da educação de adultos é pouco visível nos documentos analisados, o que nos leva a afirmar que se trata de um campo de práticas educativas que assumem um segundo plano, quando comparadas com as diversas medidas que incidem sobre o ensino e educação formal, nomeadamente, de crianças e jovens. Assim, defende-se que a ausência e a ocultação do campo da educação de adultos, na maioria dos programas de governo dos partidos políticos analisados, remete para uma decisão deliberada; Isso leva-se a deprender a inexistência de projetos políticos e a existência de medidas avulsas em educação de adultos, | 17 que por sua vez se encontram, tendencialmente, alicerçadas numa ‘lógica de recursos humanos’, em associação à ideia de certificação, qualificação, capital humano, produtividade e competitividade, a favor de interesses econômicos instalados.

Apesar de um interesse político na resolução do problema do analfabetismo no Brasil e em Portugal, por parte dos partidos políticos identificados, assiste-se igualmente à fraca visibilidade que estas práticas assumem nos documentos analisados. Observa-se assim, que tanto no Brasil como em Portugal, em termos de prioridade, já não se trata de alfabetizar adultos, mas de promover a escolaridade obrigatória junto dos jovens e adultos pouco escolarizados, tal como menciona Cavaco (2009). Marginalizam-se assim movimentos de alfabetização caracterizados pelos princípios éticos e humanos, pautados na educação popular e na “lógica democrática-emancipatória” (LIMA; GUIMARÃES, 2018), e que em muito se distanciam de valores econômicos e mercantis.

Para os diversos partidos políticos, a formação profissional parece funcionar enquanto antídoto para todos os males que afligem a sociedade contemporânea. A formação profissional é indicada enquanto resposta às profundas transformações da economia, nomeadamente, da tecnologia e do mercado de trabalho.

Entre Brasil e Portugal, podem-se tecer que: a) os documentos analisados, ainda que

tenham teoricamente o propósito de explicar as diversas medidas nos mais variados setores da sociedade, estes caracterizam-se pela sua natureza generalista e sintética, circunscrevendo a educação de adultos ao ensino escolar; b) a subordinação da educação aos ditames da economia e da mercantilização da educação, que tem como contraponto um conjunto pouco visível de práticas educativas de base humanista e ética, promotoras da emancipação, por sua vez, atualmente ofuscadas pela lógica do capital e pela ausência de apoios públicos; c) há um conjunto de intenções que convergem para uma agenda que tende para a privatização das práticas de educação de adultos, em comunhão com a lógica global, inibindo espaços participativos e emancipatórios; d) tal como Le Veugle (1976) preconiza, o risco que corremos no atual contexto de desenvolvimento do campo da educação de adultos parece-nos ser a constituição de uma espécie de tecnocratas da educação de adultos. Por isso, em espaços democráticos como Brasil e Portugal, cabe hoje revisitar e perspectivar um ‘novo’ horizonte para a educação de adultos, numa linha de construção da ética e da cidadania, o que “significa, objetivamente, desenvolver políticas que contemplem a melhoria das condições de educação política e cidadã, e na necessidade de reinventar o que todos os homens têm em comum: a dignidade humana e a dignidade da política como instrumento de transformação social” (FONSECA, 2006, p. 260).

| 18

## REFERÊNCIAS

- AFONSO, N. **Investigação naturalista em educação**. Porto: Edições Asa, 2005.
- ALHEIT, P. Aprendizagem biográfica: dentro do novo discurso da aprendizagem ao longo da vida. In: ILLERIS, K. (org.). **Teorias contemporâneas da aprendizagem**. Porto Alegre: Penso, 2013.
- ALVES, N. *et al.* (Coord.). Educação de Adultos: aprender sempre. In: SILVA, M. *et al.* **Pensar a educação**: Temas sectoriais. Lisboa: Educa, 2016. p. 09-46.
- BARROS, R. **As políticas educativas para o Sector da Educação de Adultos em Portugal**. Lisboa: Chiado Editora, 2013.
- BLOCO DE ESQUERDA. Programa eleitoral. 2019. Disponível em: <https://programa2019.bloco.org/images/programa-sem-fotos.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.
- CANÁRIO, R. **Educação de Adultos**. Um campo e uma problemática. Lisboa: Educa, 2008.
- CANÁRIO, R. Novos (des)caminhos da Educação de Adultos? **Revista Aprender**, Portalegre, n. 34, 2013. Disponível em: <http://aprender.esep.pt/index.php/aprender/article/view/74>. Acesso em: 20 nov. 2020.

CAVACO, C. **Adultos pouco escolarizados**. Políticas e práticas de formação. Lisboa: Educa; Unidade de I&D de Ciências da Educação, 2009.

CAVALCANTI, A. C. D. Construção das Políticas de Educação de Jovens e Adultos em Pernambuco: qual a racionalidade? **Educação**, Santa Maria, v. 44, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducao>. Acesso em: 10 nov. 2020.

CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL - PARTIDO POPULAR. Programa eleitoral. 2019. Disponível em: <https://programa2019.bloco.org/images/programa-sem-fotos.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2020.

CHEGA. Programa eleitoral. 2019. Disponível em: <https://partidochega.pt/programa-politico-2019/>. Acesso em 10 dez. 2020.

COLIGAÇÃO MUDANÇA DE VERDADE. Plano de governo. 2018. Disponível em: [https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000618462/proposta\\_1534304719669.pdf](https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000618462/proposta_1534304719669.pdf). Acesso em 11 dez. 2020.

FÉRNANDEZ, F. Modelos actuais de educação de pessoas adultas. *In*: CANÁRIO, R.; BELMIRO, C. (org.). **Educação de adultos**: Mutações e convergências. Lisboa: Educa, 2005.

FONSECA, D. M. O campo da ética, seu lugar na política. **Revista de Informação Legislativa**, v. 43, n. 169, jan./mar. 2006. Disponível em: <https://www2.sena-do.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/92302/Fonseca%20Dirce%20.pdf?sequence=6&isAllowed=y>. Acesso em: 15 nov. 2020.

| 19

GADOTTI, M. **Educação popular e educação ao longo da vida**. 2016. Disponível em: [https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Educacao\\_Popular\\_e\\_ELIV\\_Gadotti.pdf](https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Educacao_Popular_e_ELIV_Gadotti.pdf) Acesso em: 11 nov. 2020.

INICIATIVA LIBERAL. Programa eleitoral. 2019. Disponível em: <https://iniciativoliberal.pt/wp-content/uploads/2019/09/compromisso-eleitoral-iniciativa-liberal.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2020.

JAIR MESSIAS BOLSONARO. Plano de governo. 2018. Disponível em: [https://flaviobolsonaro.com/PLANO\\_DE\\_GOVERNO\\_JAIR\\_BOLSONARO\\_2018.pdf](https://flaviobolsonaro.com/PLANO_DE_GOVERNO_JAIR_BOLSONARO_2018.pdf). Acesso em 24 nov. 2020.

JALALI, C. **Partidos e sistemas partidários**. Lisboa: Fundação Manuel dos Santos, 2017.

LE VEUGLE, J. **Iniciação à Educação Permanente**. Porto: Família 2000, 1976.

LIMA, L. A educação de adultos em Portugal (1974-2004). *In*: CANÁRIO, R.; BELMIRO, C. (org.). **Educação e formação de adultos**: Mutações e convergências. Lisboa: Educa, 2005.

LIMA, L. C; GUIMARÃES, P. Lógicas políticas de educação de adultos em Portugal. **Cadernos de Pesquisa**, v. 48, n. 168, p. 600-623, 2018.

LIMA, L. C. A Educação faz tudo? Crítica ao pedagogismo na “sociedade da aprendizagem”. **Revista Lusófona de Educação**, v. 15, n. 15, p. 41-54, 2010. Disponível em:

<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/1519>. Acesso em: 10 nov. 2020.

LIVRE. Programa eleitoral. 2019. Disponível em: <https://programa.partidolivre.pt>. Acesso em: 27 nov. 2020.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: Abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, M. M.; BARROS, R. Aspectos da construção histórica da identidade da educação de jovens e adultos no Brasil e em Portugal: enfoque na agenda política e suas práticas discursivas. **Cadernos de História da Educação**, v. 19, n. 1, p. 91-109, jan./abr. 2020. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/52698/28148>. Acesso em: 20 jan. 2021.

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. Plano de governo. 2018. Disponível em: [https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000622281/proposta\\_1534354939646.pdf](https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000622281/proposta_1534354939646.pdf). Acesso em: 24 nov. 2020.

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS. Programa eleitoral. 2019. Disponível em: [https://www.cdu.pt/2019/pdf/programa\\_eleitoral\\_pcp.pdf](https://www.cdu.pt/2019/pdf/programa_eleitoral_pcp.pdf). Acesso em: 29 out. 2020.

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA. Plano de governo. 2018. Disponível em: [https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000602477/proposta\\_1533849607885.pdf](https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000602477/proposta_1533849607885.pdf). Acesso em 29 out. 2020.

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. Plano de governo. 2018. Disponível em: [https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000605589/proposta\\_1533938913830.pdf](https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000605589/proposta_1533938913830.pdf). Acesso em 30 nov. 2020.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Plano de governo. 2018. Disponível em: [https://pt.org.br/wp-content/uploads/2018/08/plano-de-governo\\_haddad-13-pdf.pdf](https://pt.org.br/wp-content/uploads/2018/08/plano-de-governo_haddad-13-pdf.pdf). Acesso em: 10 nov. 2020.

PARTIDO NOVO. Plano de governo. 2018. Disponível em: [https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000607640/proposta\\_1534522080782.pdf](https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000607640/proposta_1534522080782.pdf). Acesso em: 13 nov. 2020.

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA. Programa eleitoral. 2019. Disponível em: <https://www.psd.pt/sites/default/files/2020-09/Programa-Eleitoral-2019.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2020.

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE. 2018. Disponível em: [https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000601016/proposta\\_1533565462424.pdf](https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000601016/proposta_1533565462424.pdf). Acesso em: 19 nov. 2020.

PARTIDO SOCIALISTA. Programa eleitoral. 2019. Disponível em: <https://www.ps.pt/programa-eleitoral-ps-legislativas2019.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.



PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA. Programa eleitoral. 2019. Disponível em:  
<https://pan.com.pt/eleicoes/eleicoes-legislativas-2019/programa-eleitoral/>. Acesso em: 30 nov. 2020.

PIERRO, M. C. Desafios de las políticas públicas para el aprendizaje y la educación con personas jóvenes y adultas en América Latina y el Caribe. **Decisio**, mayo/agosto 2018. Disponível em: <https://www.crefal.org/decisio/images/pdf/decisio-50/decisio-50-art01.pdf>. Acesso: 10 nov. 2020.

REDE SUSTENTÁVEL. Plano de governo. 2018. Disponível em:  
[https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000622171/proposta\\_1535040841979.pdf](https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000622171/proposta_1535040841979.pdf). Acesso em: 24 nov. 2020.

SÉRGIO, M. C.; MORGADO, J. C. Currículo emancipatório para educação de jovens e adultos: uma construção possível. **Revista Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados, v. 4, n. 10, p. 133-146, jan./abr. 2014. Disponível em:  
<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/3653/1960>. Acesso em: 29 dez. 2020.

SOUZA, J. F. Educação popular e movimentos sociais. *In*: CANÁRIO, R. (org.). **Educação popular e movimentos sociais**. Educa: Lisboa, 2007.

## Sobre os autores

### **Rúben Manuel Amores MARREIROS**

Doutorando em Ciências da Educação - Educação de Adultos.

### **Ana Claudia Dantas CAVALCANTI**

Doutora em Educação. Professora Visitante da Universidade Federal de Grande Dourados - UFGD.

### **Sara Castanheira de Carvalho Pereira SARAIVA**

Mestre em Ciências da Educação-Administração Educacional, Instituto de Educação, Universidade de Lisboa, Portugal.

### **Carmen de Jesus Dores CAVCOCO**

Doutora em Educação. Professora Auxiliar-IEUL.

**Processamento e edição: Editora Ibero-Americana de Educação.**  
Correção, formatação, normalização e tradução.